

A proposta de Funaro aos credores

- 8 ABR 1987

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Nova York

O ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, reafirmou ontem, perante duas platéias diferentes de executivos de bancos e de empresas americanas com interesses no Brasil, o objetivo do governo brasileiro de promover uma renegociação da dívida com base num plano de refinanciamento de quatro anos e reduzindo os pagamentos anuais dos juros da dívida a algo em torno de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB). A diferença, que ele estimou em US\$ 4 bilhões por ano, terá de ser obtida com a capitalização dos juros ou reemprestada ao País, sob a forma de dinheiro novo.

O ministro indicou que, a uma taxa de crescimento de 7%, o País seria capaz de remeter US\$ 8 bilhões para pagar juros, neste ano, e US\$ 11 bilhões, em 1991. Ele afirmou, ainda, ver boas chances para o sucesso de uma negociação nessas bases, porque, como disse, "felizmente parece

estarmos chegando a uma fase mais madura (da discussão da crise da dívida), em que todas as partes envolvidas aceitam sua parcela no esquema de co-responsabilidade que permitirá encontrar uma solução duradoura para a questão".

"Já era tempo, pois até agora o ônus tem cabido quase que exclusivamente aos países devedores", festejou o ministro num discurso que fez para cerca de duzentas pessoas no Council of the Americas, uma organização que tem como membros as grandes corporações industriais e financeiras dos EUA com investimento e créditos no Brasil.

Essa é a primeira vez, desde que iniciou sua pregação a favor de uma mudança dos termos da negociação da dívida, que Funaro assinala progressos na discussão. Ele justificou seu otimismo dizendo que tem recebido mensagens de vários governos indicando que existe uma aceitação maior da tese brasileira, segundo a qual há uma

co-responsabilidade na crise. "Os países credores não podem reunir-se e discutir o problema da dívida sem ouvir os devedores. Acho que existe agora um clima e uma oportunidade para um entendimento em bases diferentes", acrescentou.

Antes da reunião promovida pelo Council of the Americas, o ministro falou e respondeu às perguntas de uma platéia menor (cerca de sessenta pessoas) e mais seleta no Council of Foreign Relations, uma organização de afiliação mais diversificada, que publica a revista Foreign Affairs.

No final da tarde, ele teria seu primeiro encontro com presidentes do conselho de administração e executivos seniores de pelo menos cinco grandes bancos americanos (Citi, Chase, Manufacturers Hanover, Chemical e First Chicago) desde a decretação da moratória. Segundo o Citicorp, seu presidente, John Reed, não pôde comparecer porque estava viajando.

Com seu cacife reforçado pelo apoio que recebeu da liderança do PMDB no Congresso e na Constituinte, hoje Funaro estará em Washington para três dias de cruciais encontros e discussões paralelas com representantes de governos, durante a reunião semi-anual do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional e do Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial, que são consideradas cruciais para o Comitê de Desenvolvimento. Pessoas presentes às duas reuniões, que consistiram de uma apresentação por Funaro, seguida de perguntas e respostas, indicaram a este jornal que ambas as platéias foram polidas, mas não esconderam seu ceticismo em relação à forma como o governo vem administrando a economia brasileira.

(Continua na página 20)

O Republic Bank e o Southwest Banking Corporation anunciaram ontem a colocação dos empréstimos de médio e longo prazo feitos ao Brasil em "regime de caixa". Para o Republic Bank, o valor atinge US\$ 182,6 milhões, trazendo um prejuízo para o primeiro trimestre de US\$ 2,8 milhões, e para o Southwest a importância é de US\$ 54,2 milhões, o que reduzirá em US\$ 800 mil os lucros do trimestre.

A proposta de Funaro...

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

Quanto a Funaro a imprensa que ele transmitiu, disseram as fontes, estava longe da imagem do ministro assediado e às vésperas de perder o emprego, que elas têm captado pelos relatos da imprensa.

"Ele me pareceu estar em grande forma, senhor da situação, revelou um grande controle de números e detalhes e mostrou-se um diplomata, respondendo às perguntas de forma não-confrontacional mas também com firmeza e sem assumir compromissos", contou um participante do almoço com que o ministro foi homenageado no Council of Foreign Relations.

Funaro foi aplaudido ao final das duas reuniões. Uma pergunta que o ministro não teve de responder foi quando o Brasil retomará os pagamentos de juros da dívida. "Acho que isso ficou tão claro no meu discurso, que não houve a pergunta", explicou o ministro.

Aos jornalistas, ele afirmou que os pagamentos serão reiniciados quando os "banqueiros tiverem um entendimento da situação e um acordo de refinanciamento com o Brasil. Mas nós não vamos mais passar meses, como antes passamos, esperando respostas de comitês. Isso é inaceitável para uma nação como o Brasil".

Banqueiros presentes ao encontro do Council of the Americas disseram que deixaram, propositalmente, suas perguntas mais específicas para a reunião que o presidente do Banco Central, Francisco Gros, terá com o comitê de bancos, na sexta-feira. É óbvio, contudo, que algumas dessas perguntas já tenham sido feitas a Funaro no encontro com os "chairmen" de grandes bancos, ontem.

A um de seus questionadores, que usou a palavra "frustração" para descrever a reação da comunidade de negócios americana à moratória brasileira, Funaro disse que não havia razão para frustração porque "nós avisamos que isso poderia acontecer durante um ano e meio. Fizemos propostas ao comitê e não recebemos resposta". Funaro esclareceu, contudo, que a decisão da suspensão de pagamentos não foi tomada como tática de negociação ou desejo de confrontar, mas como uma necessidade.

A maior parte das per-

"Um ajuste internacional"

por Paulo Sotero
de Nova York

O ministro da Fazenda, Dilsen Funaro, disse ontem que acredita que o novo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, "é um homem voltado para o crescimento. Ele é um homem que sempre se dedicou a estudos profundos sobre isso. Eu conversei muito com ele a respeito de políticas de crescimento, sobretudo antes de ele assumir a direção do FMI".

Perguntado por este jornal se o governo brasileiro consideraria rever sua posição de recusa ao FMI, na hipótese de a instituição vir a adotar programas que combinem ajustamento com crescimento, como parece ser a intenção de Camdessus, Funaro respondeu: "Primeiro gostaria de conhecer esse cenário. Mas não é o cenário que conheço".

O FMI, disse o ministro, "tem um papel importante. E, como nação-membro da instituição, o Brasil tem que participar da discussão e fazer com que o FMI seja voltado para o desenvolvimento. Mas, antes, temos que discutir a natureza da crise. Não se trata apenas de um problema de ajustamento com o FMI, mas de ajustar a economia internacional, para que nós possamos superar os mecanismos montados para tratar da crise de 1982 e encontrar soluções mais duradouras".

Respondendo a perguntas sobre esse tópico, na reunião com executivos no Council of the Americas, o ministro da Fazenda disse que os bancos querem resolver o problema da dívida dizendo que os países "devem ir para o FMI." Mas isso, acrescentou Funaro, não é justo, porque não leva em consideração as potencialidades do País. "Nós temos o terceiro maior saldo comercial do mundo, os Estados Unidos têm um déficit e nem por isso vocês pedem para os EUA ir ao FMI".

Lembrando que o Brasil transferiu US\$ 24 bilhões para o exterior, em pagamentos de juros e de amortização parcial da dívida a governos e aos organismos multilaterais, Funaro rejeitou a fórmula tradicional de ajustamento via FMI lembrando que na crise de 1982/83 a adoção da receita da instituição fez com que o salário mínimo caísse de US\$ 79 para US\$ 24. "E o FMI sugeriu que, em cima disso, cortássemos mais 10%. Você pode fazer isso sob um regime militar.

Mas numa democracia, isso não é viável", concluiu.

O economista Paulo Nogueira Batista Filho, assessor de Funaro, indicou que a posição do governo brasileiro em relação ao FMI dificilmente mudará, "porque o presidente já estabeleceu que o País não aceita o monitoramento do FMI".

O ministro procurou satisfazer preocupações mais específicas da platéia, sobre, por exemplo, os ziguezagues da política de preços no Brasil, declarando que o governo adotou uma estratégia de liberdade de preços.

"Há pouco tempo, o Conselho Interministerial de Preços estabelecia mais de cem preços. Hoje, fixa apenas oitenta", disse Funaro, acrescentando que o governo pretende manter preços sob controle apenas na área química e nos setores monopolizados ou oligopolizados da economia.

Indagado sobre por que uma corporação americana deveria investir no Brasil e não num dos países recentemente industrializados da Ásia, como Taiwan, o ministro respondeu, afirmando que o Brasil, em contraste com esses países, não é apenas uma plataforma onde se pode instalar custos menores uma indústria voltada à exportação. "Nós oferecemos um grande mercado interno", afirmou.